

ARTIGOS

A ECONOMIA INFORMACIONAL, A NOVA DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO E O PROJETO SOCIALISTA*

Manuel Castells

O autor conceitua como informacional a economia caracterizada pelo peso crescente da ciência, da tecnologia e da informação na produção, pela flexibilização e reorganização da produção em relação à demanda e por uma globalidade sistêmica onde os elementos se organizam em fluxos supranacionais. Assinala como a economia informacional é tão global como desigual, implicando em nova divisão internacional do trabalho, cuja dinâmica determinará a evolução da economia mundial na próxima década, assim como as possibilidades de desenvolvimento dos diversos países e áreas. Explorando essas possibilidades, ele se reporta, também, aos efeitos sociais dos grandes processos em curso e ao novo conteúdo e tarefas de um projeto socialista nesse contexto atual.

1. A ECONOMIA INFORMACIONAL

Vivemos numa economia de novo tipo, constituída de forma gradual durante a segunda metade deste século, e que se caracteriza por cinco traços fundamentais articulados de forma sistêmica:

a) *A produtividade e, por conseguinte, o crescimento econômico dependem cada vez mais da aplicação da ciência e da tecnologia ao processo produtivo, assim como da qualidade da informação e da gestão no conjunto da atividade econômica.* A investigação pioneira de Robert Solow (Solow, 1957), respaldada pelos estudos econométricos sobre

Nota da Editora: Publicado originalmente na revista *El Socialismo del Futuro*, nº 4, 1991. Madri. O Conselho Editorial do CRH agradece ao Instituto Pensar a autorização especial para a sua publicação em português, neste Caderno.

* Artigo escrito em dezembro de 1990. Foram suprimidas as tabelas e gráficos que acompanham o texto original, por motivos editoriais.

a função de produção agregada e sobre as fontes da produtividade econômica (Denison, Malinvaud, Jorgenson, Kendrick, entre outros),¹ demonstrou que as economias avançadas cresciam em produtividade não tanto em função do aumento quantitativo de capital e trabalho, como ocorria nas primeiras fases da industrialização, mas como resultado de uma combinação mais eficiente dos fatores no processo de produção. Ainda que a interpretação das equações econo-métricas seja teoricamente discutível, na medida em que o fator chave na explicação do incremento da produtividade seja um misterioso "resíduo estatístico" na função de produção agregada, este "resíduo" tem sido atribuído, na literatura econômica, à influência crescente da ciência, da tecnologia, da qualificação da forma de trabalho e da eficiência da gestão no processo produtivo (Sautter, 1976; Deninson, 1985).

Obtém-se um resultado similar de análise econômica nos estudos sobre a evolução da economia soviética e, em particular, a partir dos cálculos de Abel Aganbegyan, primeiro conselheiro econômico de Gorbachov. Segundo Aganbegyan, a economia soviética cresceu num bom ritmo até 1971, enquanto este crescimento pode sustentar-se à base da incorporação massiva de trabalho, capital, matérias primas e recursos naturais ao processo produtivo, numa economia em vias de industrialização. No entanto, a partir do momento em que a economia soviética se torna mais complexa, precisamente como resultado desse processo de industrialização, tornou-se necessário introduzir conhecimento organizacional e tecnológico no processo produtivo para manter o ritmo de crescimento. Devido à dificuldade de desenvolver e, sobretudo, de aplicar ciência e tecnologia em uma economia estatal centralizada, as taxas de crescimento econômico diminuíram rapidamente no período 1971-85, até chegar a uma situação de estagnação econômica em meados dos anos oitenta (Aganbegyan, 1988), o que, segundo Aganbegyan, tornou imprescindíveis as reformas da Perestroika.

Por conseguinte, parece que o papel central do conhecimento e da informação no processo produtivo é uma característica dos sistemas econômicos avançados, quaisquer que sejam suas características históricas como modos de produção. Pode-se dizer, também, que a importância do conhecimento e da tecnologia no crescimento econômico não é um traço exclusivo deste fim de século. Trata-se, na realidade, de uma característica secular do processo de crescimento econômico: o conhecimento sempre foi essencial na organização e impulsão do processo de desenvolvimento (Rosenberg, Birdzell, 1986). No entanto, o que se pode afirmar é que, quanto maior a complexidade e a produtividade de uma economia, maior seu com-

¹ Ver uma discussão em profundidade sobre as distintas investigações relativas às fontes da produtividade econômica em Nelson (1987).

ponente informacional e mais central o papel que desempenha a aplicação do conhecimento científico técnico no crescimento da produtividade (Mark, Walfort, 1983).

b) Outra tendência secular cujo ritmo acelerou-se nos últimos anos é a *transição, nas sociedades avançadas, de atividades de produção material a atividades de processamento de informação, tanto em termos da proporção do PIB gerado por estas atividades como em termos da população ativa empregada nas mesmas* (Stonier, 1983). Esta caracterização de uma mudança estrutural parece mais adequada do que a observação intuitiva em termos de uma transição das atividades industriais para as atividades de serviços. Com efeito, a caracterização em termos de "serviços" é tão diversificada que os chamados "serviços" se convertem numa categoria residual que mescla e confunde atividades fundamentalmente distintas (abarcando desde a elaboração de programas de informática até as tarefas de limpeza), razão porque qualquer análise da transformação de nossas economias deve proceder, em primeiro lugar, a uma diferenciação entre as chamadas atividades de serviços (Petit, 1986). Mais ainda, Cohen y Zysman (1986) demonstraram que há uma articulação estreita entre as atividades industriais e muitas atividades de "serviços", em particular os chamados "serviços de produção", razão pela qual numerosas atividades de "serviços" são, de fato, parte integrante do processo de produção industrial.

Deste modo, a transformação fundamental da estrutura econômica das sociedades avançadas é o surgimento do que Marc Porat denominou em seu estudo clássico, publicado em 1977, "a economia da informação", caracterizada pelo papel central desempenhado pela manipulação de símbolos na organização da produção e no crescimento da produtividade" (Porat, 1977). Na década de oitenta, mais de 50% da população economicamente ativa dos Estados Unidos e entre 30% e 40% daquela da Europa Ocidental, segundo os países, estão empregados em atividades de processamento de informações, seja na produção de bens, seja na de serviços. A proporção do emprego nessas atividades continua crescendo de forma generalizada (Hepworth, 1989). Além disso, uma ampla corrente de investigação econômica mostra que a qualidade da informação e a eficiência na obtenção e processamento da informação converteram-se em fatores estratégicos para a competitividade e para a produtividade das empresas, das regiões e dos países (Guile, Brooks. 1987).

c) **Junto** às mudanças que estão ocorrendo no processo produtivo propriamente dito, assistimos também a uma *transformação profunda na organização da atividade econômica. Esta transformação tem sido descrita na literatura econômica recente como passagem da produção de massa uniformizada à produção flexível segundo os impulsos*

da demanda, o que se traduz, em termos organizativos, no declínio das grandes organizações verticalmente integradas em benefício das redes de conexões horizontais entre unidades econômicas descentralizadas (Boyer, 1987). Essa tendência tem sido associada, às vezes, ao dinamismo atribuído às pequenas e médias empresas, expressão da nova flexibilidade, em contraposição às grandes empresas burocratizadas, conforme teoria popularizada a nível internacional pela obra de Piore e Sabej (1984), baseando-se na experiência da industrialização flexível da chamada "terceira Itália" (Capecchi, 1989). Entretanto, a transformação organizativa da economia vai mais além de um puro critério quantitativo sobre o tamanho da empresa e, de fato, não contradiz a tendência crescente à concentração do poder econômico nos grandes grupos empresariais. Ainda que seja verdade que as pequenas e médias empresas tenham dado prova confiável de seu dinamismo a nível internacional, a organização baseada na descentralização e na flexibilidade também caracteriza de forma crescente as grandes empresas, às vezes em termos de sua estrutura interna e na sua relação com redes de empresas auxiliares, como ilustra a técnica de gestão chamada *just-in-time*, introduzida pelas grandes empresas automobilísticas japonesas. Deste modo, um traço essencial da nova economia é a ênfase organizativa na flexibilidade da produção e gestão e na adaptação constante a uma demanda mutante num mercado mundial em constante evolução.

d) *A nova economia é também uma economia global na qual o capital, a produção, a gestão, os mercados, a força de trabalho, a informação e a tecnologia se organizam em fluxos que atravessam as fronteiras nacionais.* Apesar dos Estados-Nação ainda serem realidades fundamentais da economia atual, o que deve ser sublinhado é que as economias nacionais já não são unidades adequadas de contabilidade econômica nem o marco privilegiado de realização das estratégias empresariais, nem sequer das estratégias econômicas dos governos nacionais. A competição econômica tem lugar num marco global (Spence, Hazard, 1988) não somente para as empresas multinacionais, como também para as pequenas e médias empresas, que se relacionam com o mercado mundial, diretamente ou através de suas redes de conexão com as grandes empresas operando no mercado internacional (Castells, Le Goh, Kwok, 1990).

O novo não é tanto que a economia tenha uma dimensão mundial (pois isto ocorre desde o século XVII), mas que o sistema econômico funcione cotidianamente nesses termos. Neste sentido, assistimos não somente à internacionalização da economia, mas à sua globalização, isto é, a uma interpretação das atividades produtivas e das economias nacionais em um âmbito mundial. A integração gradual do Leste europeu, da União Soviética e da China na economia mundial de mercado, no curso da presente década, completará

o processo de globalização, que, sem subestimar a importância das especificidades nacionais, constitui um sistema econômico mundial articulado e interdependente.

e) Não é por acaso que estas transformações econômicas e organizativas acontecem ao tempo em que se desenvolve *uma das revoluções tecnológicas mais importantes da História humana* (Forester, 1987), com seu núcleo central nas tecnologias de informação (microeletrônica, informática, telecomunicações), em torno das quais se articula uma série de descobertas e aplicações tecnológicas em todos os campos (em particular na biotecnologia, novos materiais, laser, energias renováveis, etc).

Esse processo de inovação científico-tecnológico, no seu conjunto, está transformando a base material do nosso mundo em apenas duas décadas (Castells, 1989a). A revolução tecnológica informacional tem sido estimulada em suas aplicações pela demanda gerada pelas transformações econômicas e organizativas que descrevemos. Ao mesmo tempo, as novas tecnologias constituem a base material indispensável para tais transformações (Castells et al, 1986). Assim, as novas telecomunicações constituem a infra-estrutura material necessária à formação de uma economia global (Bar, 1990), de forma similar ao papel exercido pelas ferrovias, na formação dos mercados nacionais no século XIX. Mais que isto, as tecnologias de informação são essenciais no momento em que a organização da atividade econômica se baseia no processamento de um volume crescente de informações que não poderia ser tratado sem as referidas tecnologias. Deste modo, a mudança tecnológica pode contribuir para superar o retardo no crescimento da produtividade no setor de serviços, no momento em que as atividades relacionadas com a informação tendem a ser fonte de emprego para a maioria da população (Jonscher, 1983).

Nos Estados Unidos, o diferencial de crescimento da produtividade entre as atividades de informação e as atividades não centradas na informação foi crescendo, em favor destas últimas, até 1980; porém, segundo as projeções, esta tendência deveria inverter-se entre 1980 e o ano 2000, à medida que as tecnologias de informação se difundam no conjunto da economia. Por outro **lado**, as **tecnologias de informação** são também decisivas para incrementar a descentralização e a flexibilidade das empresas e **da atividade econômica, constituindo-se num** novo tipo de espaço econômico **que se tem** denominado, a partir da minha própria investigação, de "o **espaço dos fluxos**" (Castells, 1989b).

Deste modo, com a revolução nas **tecnologias de informação** como base material do novo sistema, **os distintos traços que identificamos se articulam para formar um novo tipo de economia que denomino**, junto com toda **uma corrente do pensamento sociológi-**

co e econômico (Beninger, 1986; 1989), *economia informacional*², porque, no seu núcleo central, a fonte essencial do incremento da produtividade consiste na capacidade de criar novo conhecimento e aplicá-lo ao conjunto da atividade humana mediante dispositivos tecnológicos e organizativos destinados, principalmente, ao tratamento da informação.

A economia informacional é uma economia global cuja estrutura e lógica definem um sistema mundial caracterizado por uma nova divisão internacional do trabalho.

2. A NOVA DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, O FIM DO TERCEIRO MUNDO E A CRISE DO QUARTO MUNDO

A economia informacional se desenvolve no âmbito planetário. Porém, este desenvolvimento é desigual, originando uma nova divisão internacional do trabalho entre países e áreas econômicas, cuja dinâmica determinará a evolução da economia mundial na próxima década. Convém notar que a análise da nova divisão internacional do trabalho tem sido freqüentemente realizada em termos simplificadoros, que têm levado a graves erros na formulação de políticas econômicas nacionais e internacionais. Por isto, devemos basear nossa análise numa observação minuciosa da dinâmica recente da economia internacional, centrando nossa atenção naqueles fatores que condicionam a competitividade das economias nacionais num mercado mundial interdependente (Landau, Rosenberg, 1986).

A experiência dos últimos 25 anos parece indicar que, para além das variações cíclicas da conjuntura econômica, quatro fatores principais têm desempenhado um papel substancial no êxito ou fracasso dos diversos países em sua competitividade internacional, determinante último do seu crescimento econômico (Lafay, Herzog, 1989; Cohen, Teece, Tyson, Zysman, 1985; Dunning, 1988):

a) *A capacidade tecnológica da estrutura produtiva da economia em função da transformação dessa estrutura, no sentido de um funcionamento característico da economia informacional.* Assim, os estudos econométricos de Dosi e Soete (1983), entre outros, mostraram a correlação entre o nível tecnológico dos diversos setores da atividade econômica para o conjunto dos países da OCDE e a competitividade diferencial destes setores no comércio internacional. Também mostraram, sobre a mesma base de dados, a ausência de correlação entre os custos salariais e a competitividade. Castells

² Prefiro utilizar o conceito de "economia informacional" em lugar do termo "pós-industrial", porque este último é puramente descritivo, enquanto que o conceito de "informacional" associa um conteúdo à transcrição estrutural estudada.

e Tyson (1988) sintetizaram em vários estudos a documentação existente sobre a competitividade diferencial de países em vias de desenvolvimento na economia internacional, mostrando por sua vez a importância da ciência e da tecnologia nesta competitividade e a desigual distribuição da ciência e da tecnologia em escala mundial..

b) *O segundo fator determinante da competitividade é a capacidade de acesso a um grande mercado integrado e em expansão, tal como o mercado norte-americano, o japonês e o da Comunidade Européia* (Tyson, Dickens, Zysman, 1988). Esta capacidade de mercado deve ser interpretada, por sua vez, como a possibilidade de vender os produtos de uma determinada economia no citado mercado e a capacidade de proteger, em alguma medida, um mercado próprio. Desse modo, a integração de uma grande área econômica incrementa extraordinariamente a produtividade e a rentabilidade das empresas situadas nesta área, como demonstra o Informe Cecchini para a Comunidade Européia. Porém, é também importante assinalar que a melhor fórmula para a competitividade de uma área determinada é sua capacidade de penetrar em outras áreas, ao tempo em que, em termos relativos, reduz sua própria penetração a importações de outras áreas, sempre dentro dos limites da preservação de um sistema de comércio internacional negociado (Cohen et al, 1985).

c) *O terceiro fator de competitividade é o diferencial de custos de produção (não simplesmente referidos ao trabalho) numa área determinada e os preços no mercado de destino.* O cálculo deve incluir não só os custos salariais mas também outros elementos, tais como o custo da terra e da infra-estrutura, a flexibilidade das regulamentações administrativas, em particular em matéria ambiental, o regime fiscal, etc (Chen, 1985; Belassa et al, 1986). Todavia, este fator só é importante no interior de um marco determinado pelos dois fatores anteriores. Ou seja, o lucro potencial só pode ser realizado se o produto puder ser eficazmente comercializado num mercado amplo e de alto nível de renda. E, por outro lado, o diferencial custos/preços só opera para uma determinada qualidade e nível tecnológico de um produto: obviamente, de pouco serve que um computador seja barato se não é confiável. Posto que as mercadorias de mais alto valor agregado constituem uma parte crescente do comércio mundial, quando este é calculado em termos de valor (e não de volume), pode-se afirmar que as vantagens comparativas derivadas da capacidade tecnológica precedem e condicionam o efeito específico do diferencial custos/preços (Dosi et al, 1988).

d) Finalmente, *a competitividade na nova economia informacional global parece depender em boa medida da capacidade política das instituições nacionais e supranacionais para dirigir a estratégia de cres-*

cimento econômico dos países ou áreas pelos quais são responsáveis, incluindo nesta estratégia a criação de vantagens comparativas no mercado mundial para as empresas consideradas úteis aos interesses da coletividade nacional ou supranacional representada pelas instituições em questão. O Estado Desenvolvimentista, utilizando o conceito popularizado pelo cientista político Chalmers Johnson em sua análise sobre o Japão (Johnson, 1982), desempenhou um papel decisivo na transformação da estrutura econômica mundial no período histórico recente.

Esses quatro fatores, atuando de forma interrelacionada, parecem ter sido determinantes na transformação da economia internacional. Tratemos agora de resumir as *características desta transformação*, para estudar posteriormente os elementos condicionantes de sua dinâmica futura.

— A primeira grande transformação refere-se ao *crescente grau de interdependência na economia global, porém assinalando, ao mesmo tempo, a importância dos limites próprios de cada uma das grandes áreas geo-econômicas que operam no interior da citada economia global*. De fato, se identificamos as principais áreas econômicas do mundo, de acordo com os cálculos razoavelmente confiáveis do Centre d'Études Prospectives et d'Informations Internationales (CEPII) de Paris, o comércio intra-áreas tem aumentado sua participação sobre o total do comércio mundial de 37,6% em 1967 para 40,5% em 1986. Deste modo, cabe assinalar, ao mesmo tempo, a afirmação de grandes macro-regiões da economia mundial e sua interpenetração crescente em termos de inversões, localização de empresas e comércio, com diferenças substanciais entre uma e outra zona em sua penetração recíproca.

— *No centro da economia mundial, os Estados Unidos, o Japão e a Comunidade Européia, cada vez mais articulados, se constituem nas três áreas fundamentais da economia mundial* (Ohmae, 1985), ao ponto do resto do mundo depender, para seu desenvolvimento, do acesso que possa ter a essas três áreas, que concentram o capital, a tecnologia e os principais mercados. *Um traço fundamental da atual economia é a evolução da relação entre as três áreas para a multipolaridade, deixando para trás, definitivamente, a hegemonia norte-americana que parecia inabalável há apenas 20 anos*. A Comunidade Européia, mesmo permanecendo a maior área econômica, também diminui sua participação relativa na economia mundial, ainda que a integração de seu mercado ressalte sua importância nessa economia. Em outras palavras, 22,9% da produção mundial em um mercado integrado, em 1986, tem mais relevância que a soma estatística de países com um total de 26,3% em 1967. O aumento mais espetacular de uma área na produção mundial, mais ainda que o

do Japão, corresponde à área denominada "Ásia em Desenvolvimento", que inclui os famosos novos países industrializados do Pacífico, sobretudo, a China (que de fato representa, estatisticamente falando, a maior parte do crescimento da área asiática, pela dimensão da sua economia). A área "Ásia em Desenvolvimento", segundo a base de dados do CEPIL, representava 17,4% da produção mundial em 1986, um dado que assume maior relevância quando se compara aos 7,7% do Japão, o que mostra a importância de pensar em termos de valores absolutos e não só em valores *per capita*. A importância da Ásia - e em particular da China - na economia mundial é um ponto decisivo sobre o qual insistiremos posteriormente. Os fatores que temos proposto como importantes na dinâmica em transformação da competição mundial entre as principais economias centrais podem ser medidos em termos de capacidade industrial exportadora e pela posição relativa de cada país ou área na produção eletrônica e no comércio de produtos de alta tecnologia entre países e áreas. Os dados mostram a evolução diferencial na capacidade competitiva entre, de um lado, a Comunidade Européia e Japão, e, de outro, os Estados Unidos e a maior parte do Terceiro Mundo. Tomando qualquer tipo de indicador de competitividade, podemos observar o declínio dramático dos Estados Unidos, a aparentemente irreversível ascensão do Japão e do Pacífico Asiático e a melhora relativa da posição das economias européias, tanto em relação aos Estados Unidos como em relação à sua própria situação há duas décadas. No entanto, a Comunidade Européia perde terreno na competição mundial em relação ao Pacífico Asiático, por uma série de razões que combinam a dependência tecnológica em tecnologias de informação, a ainda insuficiente integração dos mercados da Comunidade e a falta de uma capacidade política de decisão executiva a nível europeu, ainda que se tenha avançado consideravelmente neste terreno. Como resultado destas circunstâncias, o centro de gravidade da economia mundial está se deslocando, gradualmente, para a bacia do Pacífico.

— A economia informacional afeta também as relações econômicas Norte-Sul, ainda que de forma muito diferente segundo países e áreas. De fato, *pode-se falar neste momento no fim do Terceiro Mundo como uma área relativamente homogênea em termos econômicos* (Harris, 1986). As causas desta crescente diferenciação interna do chamado Terceiro Mundo são precisamente a emergência de **uma** nova divisão internacional do trabalho, a transição para um **novo** modelo de crescimento econômico (caracterizado pelo papel **essencial** da tecnologia e da orientação exportadora da economia **como** fator de crescimento econômico) e a capacidade política **diferenciada** de cada país para se reestruturar com base em um novo

modelo de desenvolvimento capaz de se articular aos fluxos dinâmicos da economia mundial.

Com base nestas hipóteses iniciais, *analisaremos com um certo detalhamento a evolução recente do Terceiro Mundo:*

Os países em desenvolvimento, no período posterior à Segunda Guerra Mundial, puseram em prática, fundamentalmente, três estratégias de crescimento econômico que foram freqüentemente combinadas num mesmo país (Gereffi, 1989): o modelo tradicional de comércio internacional, aceitando a velha divisão internacional do trabalho, na qual se trocavam matérias primas e produtos agrícolas por bens manufaturados e tecnologias, no processo clássico de intercâmbio desigual; a industrialização baseada na substituição de importações, segundo o modelo da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina, das Nações Unidas), desenhada e teorizada por economistas como Raul Prebisch e Aníbal Pinto, e, finalmente, a estratégia do "desenvolvimento para fora", baseada na exportação para economias centrais de produtos manufaturados competitivos sobre a base do diferencial custos/preços à qual nos referimos anteriormente (Touraine, 1988). Esta estratégia de "desenvolvimento para fora" tem, de fato, várias modalidades, segundo se baseie em exportações de firmas nacionais (como na Coreia do Sul, Hong Kong e Taiwan), em plataformas de exportação de firmas multinacionais (como na Malásia, Singapura e Norte do México), ou numa combinação de ambas situações (como no Brasil, ainda que a maior parte das exportações fosse e seja de empresas brasileiras). Pela minha análise, de forma extremamente simplificada, o *primeiro modelo de desenvolvimento se esgotou nos anos sessenta; o segundo, nos anos setenta; e o terceiro, nos anos oitenta*, ainda que, obviamente, devam ser consideradas as variações entre os países e áreas econômicas nas crises que acompanharam a ascensão e o declínio de cada modelo. Não quero dizer com isto que todo o Terceiro Mundo esteja submerso no subdesenvolvimento. O que se deduz de tal análise, caso seja correta, é que os distintos países e áreas econômicas só puderam desenvolver-se na medida em que foram capazes de se adaptar às novas condições do crescimento econômico, articulando-se à economia informacional que se estruturou a nível mundial. Vejamos o fundamento empírico desta hipótese³.

— No que se refere à tradicional divisão internacional do trabalho (produtos primários em troca de produtos industrializados), o elemento fundamental é a transformação na estrutura de produção e no comércio mundial. Assim, com algumas exceções (em par-

³ Para uma discussão geral da nova problemática do desenvolvimento, ver Portes, Kincaid (1989).

particular nos países produtores de petróleo), a especialização produtiva à margem da capacidade exportadora industrial levou a uma deterioração crescente dos termos de troca em relação aos produtos primários.

Mais ainda, a evolução relativa dos preços das matérias primas em relação aos produtos manufaturados e a substituição crescente destas matérias primas por produtos sintéticos e industriais destrói as bases materiais de uma economia cuja sobrevivência está baseada na exploração das tendências tradicionais.

— A substituição de importações e o modelo de industrialização "para dentro", baseada na demanda interna, têm sido pedras angulares do pensamento econômico da esquerda na problemática do desenvolvimento (Calderón, 1986). De fato, este modelo desempenhou um papel importante nos grandes processos de industrialização latino-americana (em particular no México, Brasil e Argentina), assim como na Ásia (em particular, na China e na Índia) (Cardoso, Faletto, 1969).

Portanto, não é certo historicamente, ao contrário do que afirmam os economistas neo-conservadores, que unicamente uma estratégia de "desenvolvimento para fora" pode gerar crescimento em qualquer circunstância. De fato, inclusive a Coreia do Sul praticou a estratégia de substituição de importações em sua primeira fase de decolagem nos anos sessenta, conservando, posteriormente, fortes medidas protecionistas para assegurar o mercado interno (Lim, 1985). Contudo, o modelo de substituição de importações, que teve seus êxitos na América Latina nos anos cinquenta e sessenta, entrou em crise nos anos setenta sob o impacto dos choques do petróleo, da hiperinflação e da debilidade da demanda interna, a partir do momento em que os setores primário-exportadores deixaram de gerar renda suficiente para alimentar a máquina distribuidora do Estado, dependente de importações e regalias (Fajnzylber, 1983). Gastos militares megalômanos e o deslocamento econômico derivado das crises políticas (por justificadas que fossem) pioraram ainda, mais a situação. Quando os governos e as empresas tentaram sair da crise pela via do endividamento, ajudados pelas práticas irresponsáveis das instituições financeiras dos países centrais, não fizeram senão retardar a crise do modelo e agravar as manifestações desta: crise. Em torno de 1980, na América Latina, só os países que **efetuaram** sua transição para um modelo exportador não **tradicional (particularmente Brasil, e, em alguma medida, México e Chile com base na versão primitiva de exportação agroindustrial)**, foram **capazes** de sustentar um ritmo alto de crescimento (Furtado, 1983). **Enquanto** isto, um novo modelo de crescimento havia surgido **no Leste** da Ásia, difundindo-se ao Sudeste e Sul deste continen-

te e influenciando a América Latina, baseado num desenvolvimento para fora, com exportação de produtos industriais competitivos com base no diferencial custos/preços entre a periferia e o centro da economia mundial de mercado (Fajnzylber, 1986). Foi o caso, em particular, dos famosos "quatro tigres" nas primeiras fases do seu desenvolvimento que, porém, foi se estendendo, na primeira metade dos anos oitenta, para a Índia (os produtos manufaturados passaram a representar 60% das suas exportações), Filipinas (81% das exportações), Paquistão (78%), Tailândia (64%) e China após a "Política de Porta Aberta", iniciada em 1979 (Castells, 1989c). Este modelo tem sido freqüentemente associado à teoria da "nova divisão internacional do trabalho", ainda que nas expressões mais dogmáticas desta teoria se atribua erroneamente este modelo de industrialização à descentralização produtiva das empresas multinacionais para a periferia do sistema, quando este é tão somente um elemento do modelo, não o fator predominante da nova dinâmica (Frobel, Kreye, 1981).

É essencial ter em conta que este *novo modelo de desenvolvimento para fora não se fundou na especialização setorial entre as economias desenvolvidas e aquelas em vias de desenvolvimento, mas em uma divisão do trabalho entre indústrias de alta e de baixa composição tecnológica, no interior de um mesmo grupo de produtos*. Assim, o comércio de manufaturas entre os países industrializados e aqueles em vias de desenvolvimento se realiza fundamentalmente no interior de cada grupo de produtos e a importância deste tipo de comércio foi crescendo com o tempo. Esta característica permite entender o porquê da crise deste novo modelo de desenvolvimento na década de oitenta.

Com efeito, durante a última década, enquanto algumas regiões de alguns países cresceram notavelmente com base nos baixos custos de produção no extremo inferior da cadeia mundial de produção industrial (por exemplo, a área metropolitana de Bangkok ou a fronteira norte do México), a maioria dos países em vias de desenvolvimento, em particular a América Latina, sofreu uma forte crise e perdeu posições numa economia mundial em plena reestruturação. Dois fatores se combinaram para produzir esta crise num momento decisivo no processo de desenvolvimento: uma circunstância conjuntural e um elemento estrutural.

Estruturalmente, o aumento substancial do nível tecnológico dos processos e dos produtos industriais exigiu um esforço suplementar de modernização para manter o ritmo da competição internacional. Os baixos custos salariais já não constituem suficiente vantagens comparativas a partir do momento em que a automação podia substituir o trabalho pouco qualificado, melhorando a qualidade da produção (Castells, Tyson, 1989). A nova fórmula vencedora consistiu em automatizar parte da produção, elevar o componente

tecnológico dos produtos e, simultaneamente, tratar de manter o mais baixo possível o nível de salários relativos aos mercados de referência. Tal foi o caso dos países do Pacífico Asiático, que foram capazes de assumir sua modernização tecnológica, passando de fato a serem competitivos nos níveis baixo e médio da indústria eletrônica e ganhando partes substanciais do mercado mundial de produtos de alta tecnologia (Ernst, O'Connor, 1990). Outros países, como a Argentina, nem sequer tentaram a transição para as novas condições e viram suas exportações declinarem substancialmente (no caso da Argentina, passaram de uma taxa média anual de crescimento de 4,7% em 1966-80 a uma taxa de -0,3% em 1980-87). Outros países tentaram sua reconversão para a exportação de produtos de maior nível tecnológico, porém fracassaram em seu esforço. O insucesso deveu-se, em parte, a que o salto tecnológico era excessivo, não somente em termos de seu acesso a novas tecnologias, mas também no que se refere ao conjunto da infra-estrutura produtiva, de comunicações e de telecomunicações. Em parte, também, alguns países não puderam reconverter-se porque seu endividamento externo os privou dos recursos necessários precisamente no momento em que tinha lugar a estruturação da economia mundial. *O serviço da dívida e as políticas de austeridade impostas pelas instituições financeiras internacionais privaram muitos países e empresas de recursos para a sua modernização no momento em que deles mais necessitavam* (Schatan, 1987). Assim, a taxa de crescimento dos 17 países altamente endividados do grupo das economias de nível de renda baixa e média caiu de uma taxa média anual de 6,1% em 1965-80 para 1,1% em 1980-87. Obviamente, a responsabilidade pelo problema da dívida é compartilhada pela prática irresponsável de empréstimos dos bancos privados desejosos de reciclar os petrodólares da década de setenta e pelo uso geralmente dilapidador que se fez destes empréstimos em muitos dos países receptores (provavelmente com a grande exceção do Brasil). Por outro lado, inclusive dentro dos limites ao crescimento colocados pelo serviço da dívida, os países devedores podiam ter seguido políticas mais responsáveis do que aquelas praticadas em alguns casos. Por exemplo, a catástrofe econômica do Peru tem algo a ver com a demagogia do governo de Alan Garcia. Todavia, parece que a dimensão do esforço estrutural de adaptação à nova economia que deveria ser realizado superou claramente as possibilidades da maioria dos países com relação a si mesmos. Neste sentido, o caso do Brasil merece consideração especial (Frischtak, 1989).

Em que pese a desigualdade social e a opressão política que caracterizou o Brasil durante os anos sessenta e setenta, seu crescimento econômico foi realmente impressionante, com uma taxa média anual de 9% de incremento do PIB no período 1965-80, segundo o Banco Mundial. Contudo, o ritmo de crescimento caiu a uma

taxa muito mais modesta (2,7% ao ano) no período 1980-86. Entre os fatores que contribuíram para esta desaceleração do crescimento, cabe assinalar um menor aumento das exportações (de 9,4% para 4,3% ao ano para os dois períodos considerados) e a redução das taxas de inversão: como proporção do PIB, a inversão brasileira decresceu de 22,5% em 1980 para 15,9% em 1988, dificultando o processo de modernização industrial necessária para a competitividade brasileira. Assim, ainda que o Brasil continue sendo competitivo em alguns produtos intermediários (petroquímica, ferro e aço, alumínio), sua indústria está perdendo competitividade nos setores de alto valor agregado. Tendo em conta a atual política de privatização das empresas públicas e o abandono progressivo do protecionismo industrial, a não modernização da estrutura industrial poderia levar ao desaparecimento de numerosas empresas. Ao se produzir a desindustrialização relativa da economia brasileira, a única na América Latina que havia sido capaz de situar-se como exportador industrial a nível internacional, estaria dado o sinal da incapacidade da América Latina, em seu conjunto, de assegurar uma transição dinâmica para a nova ordem econômica mundial.

A análise apresentada nos permite uma certa interpretação global da evolução das economias do Sul nos últimos vinte e cinco anos.

A evolução econômica refletida por estas estatísticas e pela literatura especializada expressa um processo complexo e muito diferenciado segundo países, áreas geo-econômicas e períodos históricos, e nada tem a ver com a tradicional visão esquerdista de um Terceiro Mundo incapaz de se desenvolver. Há diferenças substanciais nos processos de crescimento entre 1965-80 e na década de oitenta. Até 1980, o PIB das economias de baixa renda cresceu a uma taxa média anual de 5,4%, enquanto o das economias de renda média, a uma taxa de 6,2%. O crescimento demográfico reduziu os benefícios deste crescimento, mas ainda mantendo um ritmo apreciável (taxa média anual de crescimento do PIB per capita de 3,1% para as economias de baixa renda no período 1965-87). Neste sentido, o crescimento da América Latina no seu conjunto até 1980 não se distancia muito do processo das economias do Leste da Ásia (7,2% ao ano para o Leste da Ásia e 6% para a América Latina). E as taxas médias de crescimento do Brasil (9% de crescimento do PIB e 9,3% anual de crescimento das exportações) ou inclusive do México (6,5% do PIB e 7,6% das exportações) não se distanciam excessivamente daquelas dos países Asiático considerados como modelos do novo desenvolvimento. O prestigioso economista do desenvolvimento Albert Fishlow tem apresentado cálculos estatísticos que assinalam a comparabilidade das trajetórias de desenvolvimento da Ásia e da América Latina até os anos oitenta (Fishlow, 1987).

A grande mudança teve lugar na última década: durante esses anos, a África subsaariana e a América Latina viram sua situação

econômica deteriorar-se gravemente, com suas taxas médias anuais de crescimento caindo de 5,1% e 6%, respectivamente, para 0,4% e 1,4%, o que, calculando per capita, equivale a taxas negativas de crescimento.

Porém, inclusive durante o período dos anos oitenta, devemos estabelecer diferenças fundamentais na evolução das distintas áreas do chamado Terceiro Mundo. A Ásia, no seu conjunto, manteve uma taxa de crescimento significativa durante os anos oitenta (Chen, 1974): de fato, o Leste Asiático aumentou seu ritmo de crescimento de 7,2% para 8% ao ano, enquanto que o sul da Ásia (fundamentalmente a Índia) aumentou também de 3,8% para 4,8% ao ano. Uma parte do alto ritmo de crescimento Asiático deve-se ao impressionante impulso exportador dos "quatro tigres". Contudo, em termos estritamente estatísticos, o principal ator do processo asiático de desenvolvimento é a China, que passou de um ritmo anual de crescimento de 6,4% em 1976-80 a uma assombrosa cifra de 10,4% ao ano entre 1980-87. Mesmo incluindo o crescimento demográfico, tendo em conta o êxito relativo das políticas de controle de natalidade na China, seu crescimento per capita para o conjunto do período 1965-87 é de 5,2% ao ano, quer dizer, superior ao do Japão (4,2%), ainda que se deva considerar o ponto de partida muito inferior do crescimento chinês. Um fator chave no crescimento chinês nos anos oitenta foi o aumento das exportações (10,4% ao ano no período 1980-87), uma vez que Deng Xiao Ping declarou que "é glorioso tornar-se rico" (Pan, 1987). No entanto, cabe colocar algumas dúvidas sobre a capacidade do regime chinês de levar a cabo sua modernização econômica sem mudança política. Por outro lado, como indica nosso próprio estudo sobre a China realizado em 1987 (Bianchi, Carnoy, Castells, 1988), a modernização tecnológica e empresarial da China, absolutamente necessária para poder integrar-se plenamente na economia mundial, encontra-se ainda numa fase incipiente. Daí que, em 1989 e 1990, a economia chinesa sofre uma forte recessão, em parte pelas medidas de austeridade adotadas para conter a inflação galopante suscitada por um ritmo de crescimento excessivo e em parte pela contração do comércio exterior e das inversões estrangeiras como consequência da repressão de Tien An Men. Entretanto, na medida em que a situação parece estabilizar-se, tanto econômica como politicamente, a economia chinesa volta a recuperar seu ritmo ascendente, com um crescimento industrial de 7,5% para o período entre setembro de 1989 e setembro de 1990.

De qualquer maneira, o fato de que a Ásia, em seu conjunto, **leve** muitos anos em um processo sustentado de desenvolvimento, **inclusive durante** a fase de reestruturação dos anos oitenta, desmente a visão catastrófica de um Terceiro Mundo condenado à fome e ao subdesenvolvimento, sobretudo se levamos em conta que a Ásia **representa** dois terços da humanidade.

Obviamente, ainda há na Ásia (e haverá durante muitos anos) fome, pobreza e doença para milhões de seres, entre outras razões porque o processo de industrialização é extremamente desigual social e territorialmente (como foi, de fato, na Europa). Porém, o fundamental é que a Ásia está imersa num processo de industrialização e de crescimento econômico que, mesmo sendo ainda frágil, pode chegar a transformar a estrutura econômica do planeta. Isto depende, em boa medida, de que venha a receber apoios suficientes para a sua consolidação num momento delicado da sua transição para uma economia informacional avançada. O argumento deste artigo, que desenvolveremos mais adiante, é que o interesse do "Norte" (ou seja, dos países da OCDE) é contribuir para a consolidação desse processo de desenvolvimento não somente por razões éticas e políticas, mas também por nossos próprios interesses econômicos.

No entanto, ao mesmo tempo que a Ásia deslanchava economicamente, ainda que de forma desigual e com altos custos humanos, a maior parte da África, os países não produtores de petróleo do Oriente Médio e a maioria da América Latina entraram em uma crise econômica estrutural durante a primeira metade da década de oitenta. Esta crise, que ainda faz sentir seus efeitos na maioria das economias destas áreas, se persistir, pode ter efeitos devastadores para os países afetados e, através de uma série de reações em cadeia, sobre o futuro da economia mundial. O ponto chave a ressaltar é que o atual processo de transformação dinâmica da economia mundial em um sistema articulado e altamente produtivo poderia excluir deste sistema países inteiros ou a maioria da população de numerosos países. Na medida em que o crescimento econômico depende cada vez mais de insumos de alto valor agregado e da expansão dos mercados nas economias de alta renda, aquelas economias que carecem de capacidade tecnológica e que não dispõem de renda suficiente para constituírem mercados interessantes são cada vez menos funcionais para o conjunto do sistema, sobretudo a partir do momento em que suas matérias primas se desvalorizam gradualmente em relação a outros componentes do mercado mundial. Posto que o nível absoluto dos custos salariais é cada vez menos importante como fator competitivo (a diferença dos níveis relativos de custos salariais para um nível dado de capacidade tecnológica), numerosos países e áreas da economia mundial estão sofrendo um processo rápido de deterioração que pode ocasionar reações altamente destrutivas (Castells, Laserna, 1989). *Nas condições criadas pela nova economia informacional, uma proporção importante da população mundial está passando de uma situação estrutural de exploração a uma situação estrutural de irrelevância.*

Deste modo, o Terceiro Mundo desapareceu, desarticulado pela evolução díspar de vários processos que têm ocorrido simulta-

neamente: a ascensão competitiva dos novos países industrializados (principalmente no leste da Ásia); o crescimento de grandes economias continentais em vias de integração na economia mundial (China e, em menor medida, Índia) e a deterioração crescente do que alguns especialistas começam a chamar de "Quarto Mundo", constituído pelas economias marginalizadas nas áreas rurais atrasadas e nas favelas que surgem cotidianamente nas grandes cidades dos três continentes. A América Latina ainda se debate entre as duas situações. O Brasil, o México e o Chile estão em pleno processo de reestruturação, um processo que poderia preparar sua articulação dinâmica à nova economia mundial, enquanto outros países (como a Venezuela e a Argentina), apesar dos seus extraordinários recursos naturais e do seu nível educacional, parecem presos a uma contínua oscilação entre hiperinflação e estagnação. O que parece definitivamente excluído é o retorno às políticas autárquicas num mundo em que as fontes de capital e de tecnologia, indispensáveis à operação de qualquer economia, concentram-se cada vez mais no Norte. Neste sentido, pode configurar-se uma tendência a que as economias latino-americanas mais dinâmicas se conectem entre elas para articular-se conjuntamente com o sistema mundial, relegando a uma queda livre aquelas outras economias e sociedades incapazes de assegurar a transição tecnológica e empresarial. Pode ser um exemplo revelador do futuro latino-americano as recentes conversações (outubro de 1990) entre México e Brasil para formar uma zona de liberdade cambial entre os dois países, sobretudo se recordamos os projetos existentes nos Estados Unidos para a construção de um mercado comum norte-americano, que integre o Canadá e o México.

— *A crise estrutural ainda não resolvida em uma série de países, fundamentalmente ligada à incapacidade destes países no sentido de se adaptarem às novas condições de crescimento econômico (por razões geográficas, históricas ou institucionais), conduz a uma pluralidade de reações coletivas, todas elas de alto potencial destrutivo:*

A primeira reação - e a mais direta - por parte de países e de sociedades marginalizadas do novo sistema é buscar conexão por outras vias, em particular por meio da economia do crime, ou seja, o narcotráfico, o contrabando, o comércio ilegal de armas, o tráfico de seres humanos (particularmente mulheres e crianças), etc. Sabemos que sociedades inteiras têm sido penetradas e deformadas por esta economia do crime, estimulada, em particular, pela alta demanda de drogas nas sociedades desenvolvidas, num processo de conseqüências incalculáveis tanto para estas sociedades como para o resto da humanidade.

Uma segunda reação consiste na expressão do extremo desespero através da violência generalizada, seja individual ou coletiva,

que vem transformando regiões e cidades do Quarto Mundo em zonas devastadas pela nova barbárie. Na África, a frustração coletiva motivada pela desintegração de sociedades e economias adota, frequentemente, a forma de lutas tribais e étnicas de origem ancestral, gerando massacres que clamam vingança, numa espiral de destruição cada vez menos racional, ante a indiferença geral do resto do mundo.

Uma terceira tendência que se desenvolve rapidamente no "Quarto Mundo" (e nas situações "quarto-mundistas" de cidades e regiões dentro de outras áreas) é a ascensão do fundamentalismo ideológico ou religioso, associado frequentemente com o uso do terrorismo e/ou da guerra fanático-religiosa. A lógica da exclusão implícita em certas tendências do atual sistema de desenvolvimento mundial suscita uma chamada simétrica e recíproca à exclusão dos dominantes por parte dos excluídos. A transição da exploração para a irrelevância em algumas áreas do mundo leva à destruição de toda relação social e, por conseguinte, à alienação de grupos sociais, de culturas ou inclusive de países inteiros, em relação à estrutura dominante do sistema mundial. Mesmo evitando cair num mecanicismo na análise da relação entre transformação estrutural e movimentos sócio-políticos, coloco a hipótese, baseada na observação da última década (Calderón, Santos, 1988), segundo a qual existem traços comuns entre os distintos movimentos fundamentalistas que surgem com força e frequência crescentes em distintas áreas do mundo. Tal característica comum provém da oposição global e não negociável a um modelo de desenvolvimento que ameaça dissolver as identidades culturais pré-existentes no seu dinamismo expansivo, reintegrando, tão só de forma parcial, os fragmentos das sociedades desintegradas numa nova estrutura de modernização seletiva. Concretamente, o traço comum entre, por exemplo, o fundamentalismo islâmico, o Sendero Luminoso e os khmers' vermelhos de Pol Pot seria sua vontade de romper as pontes com "os outros", quer dizer, com o conjunto do mundo desenvolvido e com a penetração da sua lógica no mundo dominado, uma vez que, de qualquer forma, a potencialidade de uma integração no novo modelo é percebida como extremamente remota, enquanto o impacto desintegrador de seu dinamismo é sentido concretamente na vivência cotidiana. O instrumento privilegiado para cortar os laços com o sistema gerador da marginalização é a defesa feroz das fronteiras territoriais e culturais da identidade essencial, mediante o uso ilimitado da violência: a *Jihad* se legitima porque se exerce contra infiéis.

Se a expansão do Quarto Mundo não tiver como contrapartida uma reforma global do atual modelo de desenvolvimento, dinâmico porém excludente, a economia informacional do próximo século terá que se ver não somente com o drama moral da infância desnutrida, mas com a crise social e o problema político derivados da pro-

liferação mundial de poderosas máfias criminosas, da generalização da violência inter-étnica e da ascensão de movimentos fundamenta-listas que comprometerão nossa tolerância e ameaçarão a paz a que acreditávamos haver chegado.

3. A TRANSIÇÃO DAS ECONOMIAS CENTRALIZADAS PARA A ECONOMIA DE MERCADO E SUA FUNÇÃO POTENCIAL NA NOVA DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO

O fim do comunismo como sistema (Castells, 1990) e o rápido desmantelamento das economias centralizadas em fase de transição para uma economia de mercado é um traço novo e fundamental que obriga a repensar a evolução futura da economia mundial nas condições criadas pela incorporação mais ou menos gradual das economias do Leste Europeu e da União Soviética.

Paradoxalmente, o sonho kruschoviano da coexistência pacífica e da convergência gradual do capitalismo e do comunismo baseada na concorrência econômica (Khruchev, 1990) acabou por realizar-se, porém em sentido contrário ao que os comunistas haviam prognosticado. A proporção da produção da União Soviética no total da economia mundial declinou de 11% em 1967 para 9,8% em 1986, do mesmo modo que a do Leste Europeu, que passou de 4,6% para 3,7%⁴. A incapacidade do sistema soviético no sentido de se adaptar às condições da economia informacional, junto ao crescente diferencial econômico e tecnológico entre a economia mundial de mercado e o conjunto de economias centralizadas mergulhadas na estagnação, obrigaram os dirigentes soviéticos a efetuarem uma série de reformas pontuais dirigidas, numa primeira fase, à modernização do sistema. A necessidade de mudar as estruturas institucionais para poder modernizar a economia levou Gorbachov a aprofundar o processo de reforma, convertendo-o em reestruturação (peres-troika), abrindo deste modo o caminho à descomunização da Europa do Leste e conduzindo à desintegração da economia centralizada soviética e à redefinição histórica da própria União Soviética (Desai, 1989; Gwertzman, Kaufman, 1990; Kagarlitsky, 1990).

Qualquer que seja o resultado deste dramático processo, a economia mundial terminará profundamente modificada. As economias centralizadas transformar-se-ão finalmente em economias de mercado, o que, no atual sistema, implica a sua integração na economia internacional. Por sua dimensão e por seu potencial produtivo, a incorporação destas economias pode modificar o modelo atual

⁴ Segundo dados do Centro d'Études Prospectives et Informations Internationales

de divisão internacional do trabalho. Por conseguinte, a análise deste artigo deve, obrigatoriamente, fazer referência às modalidades possíveis deste impacto, ainda que no estado atual das informações a análise tenha que ser necessariamente especulativa, mesmo baseada em meu trabalho de observação e investigação sobre a União Soviética.⁵

A curto prazo, antes de poder integrar-se na economia mundial, as economias soviética e do Leste Europeu têm que passar por uma fase de reconstrução e modernização de sua infra-estrutura produtiva e de adaptação das instituições existentes à lógica da economia de mercado e do Estado democrático. Este esforço já está sendo levado a cabo no Leste Europeu e se encontra ainda na sua primeira fase na União Soviética. A razão deste estancamento, apesar da extraordinária lucidez e coragem política de Mikhail Gor-bachov, está em que as condições sociais e políticas prévias ao desenvolvimento de uma economia de mercado ainda não estão dadas na União Soviética. Portanto, a extrema instabilidade política que provavelmente persistirá naquele país nos próximos anos pode limitar o grau de integração das economias soviéticas ao sistema mundial no curto prazo. Durante a primeira metade da década, o principal vínculo das economias centralizadas em transição com o sistema mundial será, provavelmente, receber do Norte (Europa, Estados Unidos e Japão) capital e tecnologia, enquanto que, da sua parte, poderiam exportar mão-de-obra semi-qualificada barata e matérias primas. A fronteira entre a Comunidade Européia e os países do Leste Europeu poderia converter-se no Rio Grande da Europa, na medida em que o declínio demográfico da Europa pode conduzir a uma necessidade crescente de mão-de-obra imigrante. Nesta situação, os europeus do leste seriam preferidos, por razões culturais e de nível educacional, à mão-de-obra originária do sul da bacia mediterrânea.

Numa versão diferente do processo de exportação de mão-de-obra, as empresas da Europa Ocidental poderiam tender a localizar suas linhas de produção menos qualificadas na Europa Oriental para reduzir custos de produção, tanto em termos de salários como de condições gerais de produção, num modelo parecido com o das "maquiladoras" norte-americanas e japonesas na fronteira norte do México. Todavia, um diagnóstico preliminar realizado por uma equipe da Universidade de Berkeley, sob a direção do professor Peter Hall, sobre as perspectivas de desenvolvimento regional

⁵ Esta análise baseia-se na investigação que vem sendo realizada por Manuel Castells sobre o processo de modernização tecnológica e transformação social na União Soviética (trabalho de campo em 1989 e 1990 em Moscou, Leningrado e No-vosibirsk), com o apoio da Associação Soviética de Sociologia.

da Silésia polaca⁶ não parece fundamentar uma visão otimista destas perspectivas, ao menos no curto prazo. A razão principal é que existem ainda no seio da Comunidade Européia regiões de menor desenvolvimento relativo, com custos de produção mais baixos que as zonas industrializadas e com uma infra-estrutura produtiva e um entorno institucional muito mais desenvolvido do que aqueles dos países da Europa Oriental. A Andaluzia é, sem dúvida, o caso exemplar neste sentido. Contudo, no horizonte do ano 2000, as "maquiladoras polacas" são uma opção possível.

A segunda conexão das economias em transição com a economia internacional, e talvez a mais imediata, é a exportação e processamento conjunto de recursos naturais, particularmente no campo da energia (petróleo, gás, carvão e inclusive energia hidroelétrica a partir do momento em que a supercondutividade permita a transmissão a longa distância com escassa perda de energia), metais raros, recursos florestais e pesca. A Sibéria, com seus imensos recursos ainda não inteiramente explorados, é a região mais importante neste vínculo potencial entre o Oeste e o Leste na nova economia. A exploração racional e o transporte desses recursos da Sibéria à Europa e ao Japão poderia prover o mundo de recursos energéticos durante a fase de transição que ainda necessitamos para chegar à energia de fusão nuclear e a outras energias renováveis, sem ter que depender da imprevisível situação no Oriente Médio (recorde-se que a União Soviética é o primeiro produtor mundial de petróleo, à frente da Arábia Saudita, ainda que, naturalmente, não o primeiro exportador). O desenvolvimento da extração desses recursos naturais necessita de influxo massivo de capital, tecnologia, maquinaria e conhecimento, que poderia constituir a primeira fase da integração das economias do Leste à economia do Oeste, ainda que esta estratégia se aplique mais à Federação Russa ou à Ucrânia do que à Bielo-Rússia ou ao Uzbequistão.

Um terceiro papel que as economias do Leste Europeu poderiam desempenhar no horizonte do ano 2000 refere-se à mobilização do potencial humano científico e técnico ali existente, que hoje se encontra absolutamente inutilizado. Tal é o caso da Hungria ou das Repúblicas Bálticas, por exemplo. É possível que, a médio prazo, as empresas ocidentais se implantem nesses países para se beneficiar do trabalho de engenheiros e cientistas de bom nível a patamares salariais muito inferiores. Exemplo dessa estratégia, já em marcha no momento atual, é o desenvolvimento de empresas de software informático na Hungria, como subcontratadas de empresas ocidentais, ou o crescimento espontâneo de dezenas de peque-

* Investigação em curso no Instituto del Desarrollo Urbano y Regional de la Universidad de Berkeley, sob a direção do Prof. Peter Hall.

nas empresas de serviços tecnológicos em torno da velha e prestigiada Universidade de Tartus, na Estônia.

A mais longo prazo, dentro de dez ou vinte anos, o papel fundamental dessas economias (em particular das economias das várias repúblicas ex-soviéticas) seria o de se constituir nos novos mercados que o sistema mundial precisa incorporar para desenvolver plenamente as imensas capacidades produtivas da economia informacional. O desenvolvimento dessas economias como mercados potenciais, contudo, exige ainda um esforço gradual de interpenetração entre as mesmas e as empresas e as economias ocidentais, de modo que tais economias sejam fontes de crescimento econômico por si mesmas. Por isto, os três primeiros vínculos aos quais nos referimos são condicionantes do crescimento econômico do Leste Europeu e, portanto, do seu papel futuro como novo mercado. Caso esse crescimento venha a ocorrer, a incorporação de 400 milhões de consumidores às economias ocidentais - e, em particular, à área de influência da Comunidade Européia - asseguraria a expansão da demanda necessária para manter o dinamismo da nova economia informacional nas próximas décadas.

No entanto, a contribuição mais imediata da transformação do sistema soviético à economia mundial é o dividendo da paz permitido pelo fim da guerra fria. Obviamente, seria utópico pretender que podemos nos permitir um desarmamento geral, como a guerra do Iraque nos lembra com singular crueza. Com efeito, a transição histórica que estamos vivendo se caracteriza por seu potencial e por seus perigos. Potencial de paz e de cooperação. Perigo de situações descontroladas que, sem a paradoxal capacidade moderadora das superpotências, podem chegar, por si mesmas, a níveis destrutivos de irracionalidade política. Portanto, as democracias devem estar militarmente preparadas para utilizar a força sempre que seja necessário e onde for necessário defender um mundo civilizado, integrado e em paz. Disto se deduz a necessidade de forças armadas reduzidas, porém de grande capacidade profissional e tecnológica, talvez coordenadas a nível mundial pelas Nações Unidas e por outras organizações, conforme a convergência dos interesses fundamentais das principais nações. Porém, ainda assim, o desmantelamento do gigantesco aparato militar que fundava o equilíbrio do terror nuclear entre as grandes potências durante a guerra fria pode representar uma extraordinária economia não só de capital e de equipamento produtivo, mas também de recursos humanos, científicos e tecnológicos, que agora podem ser reconvertidos para uma série de linhas produtivas articuladas num grande programa de desenvolvimento em escala mundial.

Os desafios que representam a desintegração do Segundo Mundo, o fim do Terceiro Mundo e a ascensão potencial do Quarto Mundo constituem o pano de fundo do processo de reestrutura-

ção em curso do Primeiro Mundo, ou seja, o nosso. As promessas e os perigos que surgem neste processo constituem o material das novas lutas sociais e das novas estratégias políticas que transformarão a sociedade do século XXI.

4. CONCLUSÃO: O PROJETO SOCIALISTA NAS NOVAS CONDIÇÕES DA ECONOMIA INTERNACIONAL

Os povos seguem fazendo sua própria história. Porém, os povos também seguem fazendo sua própria história no marco de condições estruturalmente determinadas. Por conseguinte, o atual processo de reestruturação da economia internacional conduzirá a situações econômicas, sociais e políticas muito diferentes segundo os valores éticos e os objetivos políticos que orientem este processo em cada país e a nível mundial. Esta não é uma afirmação gratuita num momento e numa sociedade em que os tecnocratas continuam a imaginar que só há uma fórmula - técnica - para tratar adequadamente os problemas de um sistema tão complexo como a atual economia mundial. De fato, se o ideal socialista ainda tem sentido, se os partidos socialistas ainda são partidos distintos, ancorados -mas não imóveis - em princípios éticos e políticos, em vez de se reduzirem ao mínimo denominador comum de máquinas eleitorais e *marketing* político, o projeto socialista tem que preencher a brecha entre as declarações ideológicas historicamente superadas e o pragmatismo político da gestão cotidiana de governo. Por isso mesmo, necessita de um perfil com os grandes traços gerais do mundo que queremos, junto com linhas estratégicas para construí-lo, ambos elaborados a partir de uma rigorosa análise do mundo em que vivemos.

As políticas que estão modelando o futuro do mundo são diversas em suas expressões segundo os países. Porém, se excluirmos por irrelevantes as ideologias obsoletas (como o comunismo) e o pragmatismo sem conteúdo (sempre conjuntural e dependente das condições de cada país), podemos considerar que o futuro de nossas sociedades será configurado por um dos dois grandes modelos que opõem suas estratégias a nível nacional e internacional: o modelo neoconservador, fundamentalmente baseado na crença ilimitada na virtude do mercado para organizar espontaneamente a economia e a sociedade, e o modelo socialista (ou social-democrata, se quiserem), baseado em uma articulação entre o Estado democrático e a economia de mercado para alcançar, simultaneamente, o crescimento econômico, a liberdade política e a solidariedade social. As possibilidades do projeto socialista no sentido de sobreviver politicamente e orientar a história para sociedades plenamente humanas depende, em boa medida, de sua capacidade de atuar sobre as condições criadas pela nova economia informacional internacional, **tal** como analisadas neste artigo.

Em minha opinião, se considerarmos relevantes os argumentos aqui apresentados, o projeto socialista deve articular-se em torno de três objetivos fundamentais no que se refere à sua intervenção na economia internacional:

A) *Expandir substancialmente a atual economia mundial mediante a integração do conjunto da Humanidade numa estrutura dinâmica de intercâmbio econômico, com ênfase especial, no momento atual, nos países em vias de desenvolvimento e nas economias centralizadas em transição.* Se não levarmos a cabo esta integração, assistiremos à irrupção de graves contradições econômicas e sociais a nível mundial. No âmbito econômico, a extraordinária capacidade produtiva liberada pela revolução tecnológica na economia informacional não será equilibrada por uma expansão paralela da demanda, por paradoxal que seja esta situação num planeta com tantas necessidades por satisfazer. Mais precisamente, a taxa de crescimento da inovação nos segmentos mais avançados da economia será muito superior à taxa de expansão do mercado mundial integrado. E esta defasagem será particularmente registrada nos setores produtivos de alta tecnologia, aqueles que lideram nosso atual crescimento econômico (Mackintosh, 1986). No âmbito social, se o modelo neoconservador vier a se tornar hegemônico a nível internacional, poder-se-ia observar o desenvolvimento de um modelo de crescimento econômico altamente dinâmico que concentraria seu crescimento de forma intensiva em alguns grupos sociais e em alguns países, quer dizer, numa porção reduzida do planeta, enquanto ficaria excluída deste modelo grande parte da população mundial.

Se, pelo contrário, as nações avançadas forem capazes de uma visão estratégica sobre a melhor maneira de satisfazer seus interesses, ao tempo em que afirmam seus ideais morais, poderiam impulsionar, desta vez para o ex-Terceiro Mundo e para o ex-Segundo Mundo, um novo "Plano Marshall" (desta vez multilateral), que poderia criar condições para um novo desenvolvimento, pondo em prática o que alguns de nós temos chamado de "keynesianismo internacional". Este plano deveria ter três condições historicamente específicas:

— Deve ser global e multilateral, evitando a divisão do mundo em três áreas de influência (América, Ásia e Europa Oriental), o que poderia levar à consolidação de zonas de comércio separadas (em torno dos Estados Unidos, Japão e Europa), numa prática que, como se pode recordar, levou à Primeira Guerra Mundial...

— Deve conceder especial atenção à transferência de tecnologia e ao processo de desenvolvimento tecnológico endógeno, sem o qual não pode haver crescimento e modernização na economia atual.

- E deve incluir um pacto global sobre o meio ambiente, aplicado de forma estrita por organismos multilaterais. Se não se consegue esse pacto ambiental global, uma nova onda de industrialização não controlada a nível mundial pode liquidar o pouco que resta deste pobre planeta (Brown et al, 1990).

Deste modo, apenas a combinação dos interesses do Norte com a necessidade de desenvolvimento do Sul e do Leste podem concentrar energia suficiente para por em prática uma nova estratégia de crescimento econômico mundial que ultrapasse os estreitos limites da atual divisão internacional do trabalho e ponha este crescimento a serviço da Humanidade.

B) O lançamento de um programa de desenvolvimento tão ambicioso, assim como a modernização de nossas próprias estruturas produtivas, requerem *uma base de recursos econômicos disponíveis*, sem a qual a economia mundial não poderia lançar-se nesta estratégia de crescimento sem provocar um novo processo inflacionário destrutivo. Para isso, a análise das características do atual crescimento econômico proporciona as chaves para detectar as possíveis fontes de recursos susceptíveis de alimentar em termos reais os novos planos estratégicos de desenvolvimento:

1) *O potencial de produtividade gerado pela revolução tecnológica informacional nos próximos anos, particularmente nas atividades de serviços.*

2) *A reconversão do setor militar-industrial para usos produtivos*, em particular com a realocação de boa parte dos gastos com defesa de cada país em inversões em infra-estrutura e recursos humanos geradores de produtividade.

3) Sobre essas bases, poder-se-ia empreender uma reforma estrutural do Estado do Bem Estar, mantendo o nível histórico de cobertura social, racionalizando os serviços sociais, eliminando gastos burocráticos desnecessários e, sobretudo, conectando diretamente o setor público às novas fontes de produtividade econômica. *Na economia informacional, a educação, a saúde (dimensões chave do Estado do Bem Estar) são inversões produtivas.* As inversões massivas em capital humano são, atualmente, o equivalente à inversão em comunicações e em eletrificação durante a Revolução industrial.

Portanto, no modelo socialista se preserva e se reforça o Estado do Bem Estar Social, com suas conseqüências positivas para a **paz** social e para o desenvolvimento do capital humano. Em troca, **nas** condições restritivas das políticas neoconservadoras, as conten-

ções nos gastos de hoje se convertem nos trabalhadores alienados e ignorantes de amanhã, incapazes de se adaptar às novas condições produtivas, como demonstra a experiência da Administração Reagan nos Estados Unidos.

Por outro lado, é fundamental que a reconstrução do Estado do Bem Estar ocorra de modo a converter suas instituições em elementos dinâmicos da economia e da sociedade, contribuindo para o desenvolvimento de cidadãos participativos e de trabalhadores produtivos. O novo projeto socialista deve superar o modelo social democrata tradicional de redistribuição de recursos sem uma contabilidade global em termos de produtividade.

A reconversão do sistema militar, em boa parte obsoleto neste período histórico, em benefício de um novo Estado do Bem Estar orientado para a criação de capital humano; o estímulo à produtividade por uma revolução tecnológica impulsionadora da economia informacional e a expansão de mercados na base da integração do conjunto da Humanidade em um processo de desenvolvimento compartilhado, são objetivos históricos suficientemente precisos para serem identificados dentro dos limites do possível, mas também suficientemente utópicos, como para recordarmos que o socialismo não é um estado, mas um movimento.

C) Contudo, *todo projeto político necessita de um sujeito político*. Nas atuais condições históricas de reestruturação da economia mundial, sua orientação em torno dos objetivos que definimos como socialistas requer uma extraordinária mobilização de recursos econômicos e poder político a nível internacional. Nessas condições cabe afirmar que, no mundo atual, *a base geopolítica do projeto socialista é a Comunidade Européia*. Por conseguinte, uma condição prévia para o desenvolvimento do projeto socialista de construção de uma nova economia mundial é a construção européia em todas as suas dimensões, assim como a ampliação do poder e da independência da Europa em relação aos Estados Unidos e ao Japão, particularmente no plano tecnológico. O desenvolvimento do projeto socialista exige a superação dos interesses estreitos de um nacionalismo defasado, assim como uma ativa mobilização de recursos europeus em ciência e tecnologia. Só a partir destas condições dadas pode o projeto socialista irradiar-se sobre o novo mundo em gestação. E, num movimento dialético, a influência mundial do projeto socialista poderia reforçar os sujeitos políticos do modelo socialista em sua dura luta democrática no sentido de ganhar a confiança dos cidadãos europeus frente à ofensiva política neoconservadora, tratando de demonstrar, na prática, que é possível um novo tipo de sociedade materialmente satisfeita, ecologicamente equilibrada e socialmente solidária.

Se essas condições forem dadas, talvez então possamos vislumbrar o começo da nova História.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGANBEGYAN, Abel.**
1988 *The Economic Challenge of Perestroika*. Bloomington: Indiana University Press, p. 10-11.
- BAR, François.**
1990 *Configuring the telecommunications infrastructure for the computerage: the economic of network control*. Berkeley: University of California. Tese (Doctoral Dissertation in City and Regional Planning). **BELASSA, Bela et al.**
1986 *Toward renewed economic growth in Latin America*. Washington D.C.: Institute for International Economics. **BENINGER, J.**
1986 *The control revolution: technological and economic origins of the information society*. Cambridge, Mas.: Harvard University Press.
- 1989 *Prospettive sociologiche per la società pos-industriale. Lo scenario internazionale*. *Sociologia*, Roma, n.l.
- BIANCHI, Patrizio, CARNOY, Martin, CASTELLS, Manuel.**
1988 *Economic modernization and technology transfer in the People's Republic of China*. Stanford: CERAS, Stanford University. (Research Monograph) **BOYER, Robert.**
1987 *Technical change and the theory of regulation*. Paris: CEPREMAP.
- BROWN, Lester et al.**
1990 *State of the world 1990. A worldwatch instituto report on progress toward a sustainable society*. New York: W. W. Norton.
- CALDERÓN, Fernando.**
1986 *Los movimientos sociales ante las crisis*. Buenos Aires: CLACSO.
- CALDERÓN, Fernando, SANTOS, Mario R. dos (eds).**
1988 *Hacia un nuevo orden estatal en América Latina?* Buenos Aires: Biblioteca de Ciências Sociais, 3 v.
- CAPECCHI, Vittorio.**
1989 *The informal economy and the development of flexible specialization in Emilia-Romagna*. In: PORTES, A., CASTELLS, M., BENTON, L. (eds). *The informal economy studies in advanced and less developed countries*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press.
- CARDOSO, Fernando Henrique, FALETTO, Enzo.**
1969 *Dependencia e desarrollo en América Central*. México: Siglo XXI.
- CASTELLS, Manuel.**
1989a *Nuevas tecnologías, economía y sociedad*. Madrid: Universidad Autónoma de Madrid. (Aula inaugural do curso 1988-89).
1989b *The informational city, information technology, economic restructuring and the urban regional process*. Oxford: Basil Blackwell.
1989c *High technology and the new international division of labor*. *International Labour Review*, [s.l.], out.
- 1990 *El fin del comunismo*. *Claves*, Madrid, n.l, abr.
____ et al.
1986 *Nuevas tecnologías, economía y sociedad en España*. Madrid: Alianza Editorial.
____, LASERNA, Roberto.
1989 *The new dependency: technological change and socio-economic restructuring in Latin America*. *Sociological Forum*, [s.l.], v.4, n.4, p. 535-560.

- _____, LE GOH, KWOK, R.W.Y.
1990 *The shek kip mei syndrome. Economic development and public policy in Hong Kong and Singapore.* Londres: Pion.
- _____, TYSON, Laura d'Andrea.
1988 High technology choices ahead: restructuring interdependence. In: SEWELL, John. TUCKER, Stuart (eds). *Growth, exports, and jobs in a changing world economy.* Washington D.C.: Overseas Development Council, Transaction Books.
- 1989 High technology and the changing international division of production: implications for the U.S. Economy. In: PURCELL, Randall B. (ed). *The newly industrializing countries in the world economy challenges for U.S. policy.* Boulder-Londres: Lynne Rienner Publishers, p. 13-50.
- CHEN, Edward K.
1974 *Hypergrowth in the Asian economies.* Londres: Macmillan.
- 1985 *The newly industrializing countries in Asia: growth experience and prospects.* Hong Kong: University of Hong Kong, Center of Asian Studies. COHEN, Stephen, TEECE, David, TYSON, Laura d'Andrea, ZYSMAN, John.
1985 *Competitiveness. Global competition: the new reality, the report of the president's commission of industrial competitiveness.* Washington D.C.: U.S. Government Printing Office, v.3.
- _____, ZYSMAN, John.
1986 *Manufacturing matters, the myth of the postindustrial society.* New York: Basic Books.
- DENINSON, Edward.
1985 *Trends in american economic growth 1929-1982* Washington D.C.: The Brookings Institution, 1985.
- DESAI, Padma.
1989 *Perestroika in perspective.* Princeton, NJ: Princeton University Press.
- DOSI, Giovanni, SOETE, Luc.
1983 Technology, competitiveness and international Trade. *Económica*, [s.l.], n.3.
- DOSI, Giovanni et al.
1988 *Technical change and economic theory.* Londres: Pinter.
- DUNNING, John (ed).
1988 *Multinational enterprises, economic structure and economic competitiveness.* Chichester: John Wiley and Sons. ERNST, Dieter, O'CONNOR, David.
1990 *Technological capabilities, new technologies, and newcomer industrialization - an agenda for the 1990s.* Paris: OCDE, Development Centre.
- FAJNZYLBER, Fernando.
1983 *La industrialización truncada de América Latina.* México: Nueva Imagem.
- 1986 Las economías neindustriales en el sistema centro-periferia de los ochenta. *Pensamiento Iberoamericano*, [s.l.], n.9, p. 125-172.
- FISHLOW, Albert.
1987 *Economic growth in Asia and Latin America: a comparative analysis.* Berkeley: University of California. (Research Paper).
- FORESTER, Tom.
1987 *High tech society.* Oxford: Basil Blackwell.

- FRISCHTAK, Claudio R.
 1989 Structural change and trade in Brazil and newly industrializing Latin American economies. In: PURCELL, R. B. (ed). *The newly industrializing countries in the world economy challenges for U.S. policy*. Boulder Londres: Lynne Reinner Publishers. FROBEL, Folker, KREYE, Jurgen Heinrichs Otto.
 1981 *The new international division of labor*. New York: Cambridge University Press.
- FURTADO, Celso.
 1983 *A nova dependência*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- GEREFFI, Gary.
 1989 Rethinking development theory: insights from east Asia and Latin America. *Sociological Forum*, [s.l.], v.4, n.4.
- GUILE, Bruce R., BROOKS, Harvey (eds).
 1987 *Technology and global industry: companies and nations in the world economy*. Washington D. C: National Academy Press. GWERTZMAN, Bernard, KAUFMAN, Michael T. (eds).
 1990 *The collapse of communism*. Nueva York: Times Books.
- HARRIS, Nigel.
 1986 *The end of the third world* Londres: Penguin Books.
- HEPWORTH, Mark.
 1989 *Geography of the information economy*. Londres: Bel haven Press.
- JOHNSON, Chalmers.
 1982 *MITI and the japanese miracle*. Stanford: Stanford University Press.
- JONSCHER, C.
 1983 Information resources and economic productivity. *Information Economics and Policy*, [s.l.], v.2, n.1, p.13-35.
- KAGARLITSKY, Boris.
 1990 *Farewell Perestroika*. A soviet chronicle. Londres: Verso.
- KHRUSCHEV Remembers.
 1990 *Khrushchev remembers*. The Glasnost Tapes. Boston: Little Brown and Co.
- LAFAY, Gerard, HERZOG, Colette.
 1989 *Commerce international: la fin des avantages acquis*. Paris: Centre d'Etudes Prospectives et d'Informations Internationales/Economica.
- LANDAU, Ralph, ROSENBERG, Nathan (eds).
 1986 *The positive sum strategy: harnessing technology for economic growth*. Washington: National Academy Press.
- LIM, Hyun-Chin.
 1985 *Dependent development in Korea, 1963-1979*. Seul: Seul University Press.
- MACKINTOSH, Ian. 1986 Sunrise Europe. *The dynamics of information technology*. Oxford: Basil Blackwell.
- MARK, Jerome A., WALFORT, William H.
 1983 Multifactor productivity: a new BLS Measure. *Monthly Labor Review*, [s.l.], v.2, n.106, p. 3-15, dez.
- NELSON, Richard.
 1981 Research of productivity growth and productivity differences: dead em and new departures. *Journal of Economic Literature*, (s.l.), v. 19, p. 1029-64, sec
- OHMAE, Kenichi.
 1985 *Triade power, the coming shape of global competition*. New York Free Pre*?.

PAN, Lynn.

1987 *The new Chinese revolution*. Londres: Hamish Hamilton.

PETIT, Pascal.

1986 *Slow growth and the servicy economy*. Londres: Frances Pinter.

PIORE, Michael, SABEL, Charles.

1984 *The second industrial divide*. New York: Basic Books.

PORAT, Marc.

1977 *The information economy: definition and measurement*. Washington, D.C. : U.S. Department of Commerce, Office of the Telecommunications, Special Publication, 77-112(1). PORTES, Alejandro, KINCAID, Douglas.

1989 Sociology and development and other apparatuses: a comparative political economy perspective on the third world state. *Sociological Forum*, [s.l.], v.4, n.4.

ROSENBERG, Nathan, BIRDZELL, L. E.

1986 *How the west grew rich: the economic transformation of the industrial world*. New York: Basic Books.

SAUTTER, Christian.

1976 L'efficacite' et la rentabilid de l'economie francaise de 1954 a 1974.

Économie et Statistique, [s.l.], n.68. SCHATAN, Jacobo.

1987 *World debt: who is to pay*. [s.l.]: Zed Books.

SOLOW, Robert.

1957 Technical change and the aggregate production functions. *Review of Economics and Statistics*, [s.l.], n.39, p. 312-20. SPENCE, A. Michael, HAZARD, Heather A. (eds).

1988 *International competitiveness*. Cambridge, Mas.: Ballinger.

STONIER, Tom.

1983 *The wealth of information: profile of the postindustrial economy*. Londres: Thames Methuen.

TOURAINÉ, Alain.

1988 *La parole et le sang. Politique et société en Amérique Latine*. Paris: Odile Jacob.

TYSON, Laura d'Andrea, DICKENS, William T., ZYSMAN, John (eds).

1988 *The dynamics of trade and employment*. Cambridge, Mas.: Ballinger.

Traduzido por Angela Borges de Carvalho e revisto por Milton Moura.